A mobilidade como contradição do espaço urbano

Mobility as a contradiction of urban space

LUCRÉCIA D'ALESSIO FERRARA*

RESUMO

Se quisermos estudar os impactos das novas tecnologias sobre a Sociedade da Comunicação e suas relações com o espaço urbano, parece indispensável confrontar as consequências daquela tecnologia com os equipamentos funcionais e sociais da cidade. Nesse confronto descobrem-se confluências e diferenças entre a cidade moderna e aquela outra, entendida como líquida e decorrência de uma potencial mobilidade e real sociabilidade em rede, que a faz contraditória com aquilo que, tradicionalmente, se entende como cidade. Discriminar aquelas confluências, para definir suas diferenças sociais e, como consequência, saber em que medida é possível falar de espaço urbano ou de cidade em rede, será o interesse primordial deste trabalho: observa-se que mobilidade, espaço urbano e rede são denominações utilizadas para caracterizar a cidade de ontem e de hoje. Porém, embora essas dimensões urbanas não possam ser confundidas do ponto de vista cognitivo e social, são essenciais para entender as características da cidade em rede.

Palavras-chave: mobilidade, rede, ciberespaço, espaço urbano, cidade

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the relations between literature and cinema in theoretical levels considering that both arts have connections and differences. Just as the literature was the most important art expression in the 19th and 20th centuries, the cinema nowadays is considered the universal art. In other words, cinema is the art which unite the biggest number of interested people. Then, the comparative study between these art expressions allows an analysis of the extraordinary contribution that one art brings to another.

Keywords: mobility, network, cyberspace, urban, city

* Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica – Cos/PucSp

A SOCIEDADE DA COMUNICAÇÃO E SEUS PARADIGMAS CIENTÍFICOS

Quando chegam a se definir, os paradigmas científicos tendem a caracterizar momentos culminantes da ciência e da cultura como se contivessem forças concentradas que inaugurassem um momento novo e, sobretudo, sem precedentes. Ou seja, o que caracteriza a emergência de um paradigma é sua total desconexão com seus precedentes: constitui verdadeira bifurcação que aponta para um tempo novo e tendente a nos fazer esquecer que a cultura e a ciência constituem um contínuo sem interrupções e só assim podem ser entendidas ou discriminadas nas suas características.

O momento contemporâneo não escapa a esse fato e dele faz parte um conjunto de conceitos como globalização, mundialização, aceleração, mobilidade e rede que deixam de ser simples palavras para se tornarem paradigmas de um conhecimento, que se imagina sistemático e com capacidade para envolver a ciência, a cultura, a política, a economia, a comunicação. São denominações que surgem como metáforas mágicas a implicar na emergência de um novo tempo e a acrescentar novos itens à História. Ou seja, tende-se a traduzir paradigmas por uma sistematização explicativa e a entendê-los como uma totalidade capaz de atingir o fazer científico e as manifestações culturais.

Ora, simplificar os movimentos da cultura e da ciência através de periodizações ou de rígidas conceituações significa tornar descontínuos e hierárquicos seus movimentos e entendê-los como artificialmente estanques e divididos entre o passado e o futuro. Significa congelar o que é dinâmico e imprevisível. Significa ordenar a ciência e a cultura violentando-as na sua continuidade que, até certo ponto, é imprevista. Ou seja, a periodização e a rigidez conceitual são paradigmas que contribuem para estatizar aquilo que é dinâmico e imprevisível.

Rótulos como mobilidade e rede, enquanto paradigmas (autoexplicativos) de uma Sociedade da Comunicação, fazem com que percamos a possibilidade de apreender os novos ritmos que estão sendo acrescentados à História, impedindo-nos de estudar mais profundamente as dimensões e diferenças daqueles paradigmas. Ou seja, com essa introdução queremos propor, para o desenvolvimento desse trabalho, a hipótese de que mobilidade e rede não constituem elementos definidores daquela Sociedade e, portanto, sugerem a necessidade de uma análise mais complexa que vai muito além da simples constatação do espaço urbano dominado pelos equipamentos de mobilidade e da constituição de redes tecnológicas de comunicação. Dito de outra forma, se quisermos estudar aqueles paradigmas nas suas atuais possibilidades de constituição do urbano, é necessário entender a relação que se estabelece entre redes e mobilidades, pois estão muito além de simples equipamentos tecnológicos e suas interfaces.

Diante da complexidade de um tempo irreversível, como ensina Prigogine, é urgente não tornar regular o irregular ou não simplificar como um evento único o que pode ser o acontecimento que assinala flutuações dos paradigmas científicos e, sobretudo, nos levar a ser capazes de perceber o presente como uma bifurcação indicativa de mudanças que não ocorrem por acaso, mas são sinais de uma vitalidade cultural a demandar um olhar mais agudo sobre aquilo que tem sido chamado de *sociedade em rede*. Essa sociedade seria capaz de nos levar a supor a harmonia e a homogeneidade de um tempo mundial a congregar todos os espaços, sobretudo os urbanos. Entretanto, sabemos que os espaços não se globalizam, porque não são mundiais; o que é possível se globalizar, sem se tornar unívocos, são sociedades, homens e pessoas nos seus lugares urbanos de apropriação.

Mobilizar-se através de equipamentos tecnológicos permite fazer do espaço urbano e do seu território o local de atividades de produção e reprodução da economia, do capital e do consumo que, na incessante competição global, acabam por identificar a unificação de tendências de consumo, por exemplo, com união, como se fossem palavras sinônimas e ingênuas na sua capacidade de significação. Identifica-se dominação e coerção com liberdade e espontaneidade para que o resultado seja um só: misturar-se ou fragmentar-se para poder simplificar o que é complexo. Elimina-se do espaço urbano o elemento que o faz vivo e estimulante: suprime-se a construção cotidiana da diferença dos seus lugares. E, nessa relação, é necessário entender que mobilidade e redes no espaço urbano estão muito além da simples disponibilidade tecnológica produzida por equipamentos móveis; exige-se perceber que, relacionados ao espaço urbano, aqueles predicativos assumem outras dimensões que os situam em outros paradigmas científicos e, sobretudo, impõem considerar que os paradigmas científico-contemporâneos só podem ser entendidos se forem considerados em relação aos tributos que pagam à cultura na sua dinâmica histórica e científica e a diferença que, entre eles, se estabelece.

ESPAÇO E CIDADE: ENTRE A FUNÇÃO E O USO

Metrópole, magalópole, pós-metrópole, cyburbia, exopolis, *global city*, *open city*, *endless city* são os novos nomes atribuídos à cidade ou ao lugar que designa aquele tipo de vida associada onde se partilha espaços, serviços, comportamentos e valores. Entretanto, o urbano e a cidade se pressionam no cotidiano, mas não se confundem, ao contrário, podem ser considerados como categorias científicas distintas e, nessa condição, são imprescindíveis para que seja possível entender as relações sociais que, sob o impacto das novas tecnologias, se concentram naquilo que se tem entendido como fenômeno específico, a cidade.

A mobilidade como contradição do espaço urbano

Espaço urbano e cidade não se confundem, mas se flexibilizam, se relacionam e convivem no clima da sociedade em rede, porém se o que caracteriza o espaço urbano for sua definição de território; a cidade, ao contrário, se define como relação social, troca e mediação. Entretanto, há uma série de disciplinas como geografia urbana, economia urbana, antropologia urbana, cultura urbana a incentivar-nos a acreditar que o urbano é uma categoria abrangente que se confunde com a cidade e, portanto, capaz de gerar investigações e inferências suscetíveis de explicar aquele espaço e a própria cidade. Entretanto, considera-se que para entendermos a mobilidade e suas redes é necessário desvincular o espaço e a cidade e, pelo menos em parte deste trabalho essa será a preocupação relevante.

O território que distingue o espaço urbano não se refere, apenas, à caracterização física ou geopolítica; ao contrário e talvez de modo mais abrangente, se refere ao território enquanto espaço construído que, fixo enquanto função e uso predeterminados, estrutura o que se entende por espaço. Embora função e uso sejam distintos, o senso comum tende a simplificar distinções e a identificar os dois atributos: nessa simplificação encontram-se as raízes de uma ambiguidade que nos leva a confundir espaço urbano e cidade e, sobretudo dentro de uma crise da tradicional poética do espaço urbano, nos leva à dificuldade de discriminar o que entendemos como cidade moderna e pós-moderna.

Desde Vitruvio, a definição do espaço construído e, como consequência, a arquitetura, se tem reconhecido pela tríade dos seus conceitos clássicos: *utilitas*, *firmitas*, *venustas,* que podemos traduzir literalmente como funcionalidade, segurança e beleza (Solà-Morales, 2002: 125). Dentre esses conceitos, aquele que mais evidencia a característica material do espaço construído é segurança, logo seguido por funcionalidade.

A segurança responde pela estabilidade e permanência que desafiam o tempo, ao lado de soluções formais que asseguram condições de funcionalidade. A cultura ocidental manteve a centralidade dos dois princípios como elementos de definição material do espaço construído, onde se associam, em solidez material, a segurança e a funcionalidade. Fixas e permanentes, aquelas características são marcadas pelo tempo, pois é essa qualidade que garante aquela indispensável funcionalidade e, sobretudo, a intencionalidade urbana do território.

As célebres funções (habitação, trabalho, circulação, recreação) do urbano entendido como cidade construída, e condensadas pela célebre Carta de Atenas em 1933 (Le Corbusier, 1993), estavam diretamente ligadas a um espaço monoarticulado por aquelas funções entendidas como tão excludentes e contingentes que chegavam a dividir a concepção do espaço construído que, embora concentrado, hierarquizava-se socialmente e ordenava suas funções

específicas. Marcado pelo tempo, o objetivo do espaço urbano construído era atingir, no tempo futuro, um ideal linear de funcionalidade e segurança que poderia ser expandido globalmente, gerando um modelo de espaço construído fixo e homogêneo. Tratava-se do ideal do espaço universal.

Avenidas, ruas, esquinas, cruzamentos, retornos, rotatórias, quarteirões e zonas são elementos próprios àquele espaço construído e o dividem, organizam, hierarquizam social e economicamente e, sobretudo, configuram o caráter primordial da sua funcionalidade: o espaço urbano supõe redes, malhas que determinam a composição física e política do território, são eixos político-sociais em relação estrutural e funcional. Ou seja, é indispensável observar que redes não são características exclusivas do digital, mas essa configuração é inerente ao urbano. Anuncia-se, portanto, que o conceito empregado para caracterizar, talvez de modo exclusivo, a peculiaridade da cidade conectada pode atingir outras dimensões que, se certamente vão além da simples funcionalidade de uma malha física, assumem peculiaridades sociais e culturais que caracterizam a cidade e a distinguem do espaço urbano. Essa relação poderá ser essencial para apreender as dimensões de uma rede digital e, sobretudo, sua diferença em relação às redes funcionais.

É indispensável entender que as redes digitais não são autoexplicativas ou "ensimesmadas" (Duarte & Frey, 2008: 161) e, sobretudo, falar em redes do espaço urbano envolve um conceito amplo que, talvez, se desdobre na sua própria metalinguagem. Desse modo, só é possível assumir aquele conceito se entendermos a diferença entre as redes funcional e digital e, sobretudo, o modo como a segunda se diversifica enquanto dimensão crítica da primeira e, também, do próprio espaço urbano. Ou seja, falar em redes digitais supõe verificar como o digital se articula como meio comunicativo onde estão em mediação o funcional e o relacional, o físico e o móvel, os fixos e os fluxos.

O USO DO ESPAÇO COMO MULTIFUNÇÃO

Submetido ao uso e à vida, aquele espaço urbano funcional se defronta com a instantaneidade do múltiplo inespecífico que o projeta ante a cidade concentrada em atuações sociais como elementos centrais da experiência urbana e que lhe permitem ultrapassar o espaço como materialidade controlada para atingir o cotidiano imprevisível: o espaço urbano transforma-se em cidade e a função utilitária em relação social, onde nada se integra funcionalmente.

A cidade multifuncional, atravessa, desgasta e desmonta a funcionalidade construída e, muitas vezes, não deixa rastros porque aquele uso imprevisto é confundido com a própria degenerescência do urbano que, nas últimas décadas e de modo sintomático, tem gerado uma febre de revitalizações que procuram

voltar a funcionalizar o espaço urbano. Em fluxo e mudança, a cidade se mostra como contraface do espaço urbano a evidenciar uma qualidade que a materialidade funcional, atada ao tempo planejado, jamais poderia almejar ou viver. O espaço urbano e a cidade opõem-se, tal como se opõem as redes estruturais e relacionais. Opõem-se o estável espaço urbano e a dinâmica cidade que, em movimento constante, recupera o fluxo que Heráclito, desde a Grécia pré-socrática, já identificara como única dominante do universo. Está definitivamente corroído o domínio do tempo sobre o espaço que, ante o movimento da cidade, se revela na circularidade anônima e coletiva da ação que lhe assegura o instante de um tempo sem tempo, um tempo presente.

Entretanto, essa cidade se desmaterializa cada vez mais, porque já não é possível ser projetada ou construída para durar e apresenta alarmantes paradoxos que confundem a análise e as possibilidades de sua compreensão e transforma os antigos materiais, que construíam sua estabilidade, em elementos de visualidade icônica onde se espelham a cidade como uso e o valor da edificação de um modo de aparecer. Dessa forma, temos uma desmaterialização física e construtiva para projetar-se na materialidade simbólica, em que se comunicam valores de um modo de vida essencialmente expositivo, feito para ser visto e/ou exibido.

A especulação imobiliária explora o imaginário do usuário criando padrões de vida, habitação ou cidade vividos à distância e na celebração da imagem fotográfica ou das simulações. A festejada imagem da cidade surge como contradição da funcionalidade e inaugura um conjunto de descompassos que caracterizam o espaço urbano contemporâneo. Curiosamente, essa imagem icônica de uma cidade que se reduz à transparência acaba por insinuar e por antecipar a cidade desmaterializada em números e nexos virtuais. Entre a imagem da cidade verticalizada e o registro digital da cidade móvel surgem curiosas aproximações.

O *bigness* proposto por Rem Koolhaas (2002) transforma a verticalidade na rebelde construção sem firmeza e sem funcionalidade, embora se caracterize como o ícone privilegiado da cidade contemporânea que é feita de vidro, transparência, brilho e luz e expande o urbano para muito além da funcionalidade, pois é vivida na distância da imagem digital de todos os lugares do mundo. A competição pela construção do edifício mais alto do mundo caracteriza a cidade que, mimetizando-se ao redor do mundo, apresenta o mesmo ícone: verticaliza-se para fazer ver, através da altura, o prestígio e os poderes político e econômico. A verticalidade reproduz um valor emblemático que define a cidade contemporânea, supera os antigos padrões da estabilidade construída e anuncia outra contradição do espaço na cidade.

Porém, ao lado dessa materialidade intangível, feita de sonhos e imagens, surgem personagens características que, se refugiando no anonimato, são produzidas por uma ação atuante na cidade como força estranha a impulsionar a mobilidade do estrangeiro. Inicialmente *flanêur*, esse anônimo transforma-se em imigrante, vagabundo, vândalo, sem teto e camelô que, deslocados, estão à procura daquela estabilidade do espaço e essa procura constitui a nostalgia fundamental da cidade usada em relação à cidade funcional. Evidencia-se a contradição básica que se estabelece entre o espaço urbano como rede funcional e a rede social da cidade usada.

Hibridizam-se o urbano e a cidade, o concreto e o intangível, o urbano construído e a cidade habitada. Desponta a contradição inerente ao espaço urbano: enquanto matéria funcional, jamais poderia agasalhar a conexão social e, muito menos, a rede de subjetividades que caracteriza a cidade. Ou seja, para descobrir a base de uma rede social não podemos procurá-la na suficiência ensimesmada da tecnologia, mas perceber que sua raiz não está na disponibilidade de um suporte, e sim na própria natureza da cidade enquanto conjunção social, onde tudo se conecta sem visibilidades materiais.

O espaço urbano enfrenta sua contradição fundamental: a funcionalidade transforma-se em cidade, suas redes estruturais são, agora, sociais, o desenho do território torna-se conexão manipulada através de um dígito e produtora de relações intangíveis, a circular em conexões móveis. A rede social evolui para a rede digital que, mais do que social, é rede de ideias ou de modos de pensar e agir conectados a distância e virtuais, mas capazes de fazer prever difusos imaginários sociais.

A CIDADE EXPANDIDA NA CIDADE MUNDO

Dentro de um programa de urbanização do mundo e recuperando a metáfora de Bauman, a cidade expandida em redes de conexão tem sido chamada de cidade líquida. No entanto, prefiro chamá-la de cidade errante, porque essa característica define com mais clareza o caráter da sua mobilidade que, se deslocando sem sair do local físico, descobre, nas imagens digitais do mundo, os lugares que, sem contexto, são mundiais e disponíveis para serem usados imaginariamente e permitirem a arquitetura harmônica do mundo que seria possível, embora apenas virtual. Na fluidez das imagens digitais e no alvoroço do múltiplo e do contínuo, tudo se combina, porque nada se opõe ou se hierarquiza funcionalmente. Em espaço contínuo e flexível constrói-se outra cidade feita de possibilidades, porque nada se planeja ou se finaliza. A tecnologia digital parece afirmar que sua consequência mais tangível é possibilitar a comunicação entre cidades e lugares ao mesmo tempo distantes enquanto geografia, mas próximos

na sua possibilidade de criar relações móveis e, com elas, inaugurar um espaço público planetário que, sem comando ou poder, pode se conectar, conforme o interesse social que o estimula.

Considerando-se as redes estruturais do espaço urbano funcional ou as redes sociais da cidade que se caracteriza pelas mediações face a face, percebemos que as redes do espaço conectado surgem como metáforas das anteriores a fim de permitir certa percepção mais concreta da nova socialidade urbana. Esse caráter metafórico já possibilitou resgatar o sentido metalinguístico das redes digitais para analisar as redes funcionais ou sociais, falando-se, portanto, em redes de redes:

> Dentro deste princípio de pregnância urbana, é importante resgatar que redes são menos uma forma geométrica e mais um instrumento intelectual para se entender um fenômeno… …A vida urbana é uma rede de redes (Duarte/Frey, 2008: 160-161)

Ao contrário do que acontecia com as redes funcionais ou sociais, as redes digitais podem ter distintas configurações, mas é indiscutível que traçam outro território que não se localiza física ou geograficamente, ao contrário, definindo-se no âmbito das cidades-mundo, constroem redes políticas que estruturam o poder. Baseadas em dispersões de ideias ou ações, as redes de poder se formam, se deformam e se desdobram com a mobilidade fluida que lhes permite a rapidez daquilo que não é definitivo e muito menos feito para durar.

Embora considerando, apenas, a dimensão tecnológica da nova rede mundial, Castells nos oferece a definição mais clara da dimensão de poder político daquela rede, entendida como fluxo, para definir a mobilidade dos seus centros de decisão de volúvel importância:

> Assim, proponho a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos.… A primeira camada, o primeiro suporte material do espaço de fluxos, é realmente constituída por um circuito de impulsos eletrônicos… A segunda camada do espaço de fluxos é constituída por seus nós (centros de importantes funções estratégicas e centros de comunicação)… A terceira camada importante do espaço de fluxos refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes (e não de classes) que exercem as funções direcionais em torno das quais esse espaço é articulado (Castells, 1999: 503 a 505).

Dentro do caráter de estrito *informacionalismo* (1999: 50) com que Castells pretende querer definir e/ou entender a complexidade da sociedade em rede, parece ficar claro que a divisão dos fluxos em camadas ordenadas nas suas

dimensões específicas procura traduzir, em termos funcionais, tal como acontecia com os fixos do espaço urbano, a curiosa necessidade de ordem daquilo que, na sua intangibilidade, parece ser avesso ou insubmisso a paradigmas ordenadores do seu possível, mas inseguro poder de ação enquanto rede social. Ou seja, procura-se estruturar ou ordenar a divisão e hierarquia das cidades-mundo, tal como o espaço de gestão pública ordenava e dividia o território urbano.

Ao contrário de Castells e na extremidade oposta ao rigor da aplicação de um paradigma científico, Negri e Hardt parecem querer apreender as infiltrações de ideias e ações que, como consequência da mobilidade digital, levam a cidade à redescoberta das suas referências e possibilidades quando se descobre como *corpo comum* a desenhar-produzir sua ação política de modo contínuo, imprevisto e distinto em todo planeta:

> A multidão… é um conceito aberto e abrangente que tenta apreender a importância das recentes mudanças na economia global… A multidão… compõe-se potencialmente de todas as diferentes configurações da produção social… Duas características da multidão tornam particularmente clara sua contribuição à possibilidade da democracia de hoje. …Na medida em que a multidão não é uma identidade (como o povo) nem é uniforme (como as massas), suas diferenças internas devem descobrir o comum (the common) que lhe permite comunicar-se a agir em conjunto. O comum que compartilhamos, na realidade, é menos descoberto do que produzido (Negri e Hardt, 2005: 13-14).

A diferença entre essas duas posições epistemológicas resume a dificuldade de compreensão daquilo que se imagina entender como redes sociais móveis como nova realidade da cidade. Na dimensão de um sistema-mundo, não se deve confundir a redução funcional com a hegemonia de um sistema global, capaz de ordenar funcionalmente todas as configurações das cidades mundiais destinando-as a uma radical homogeneidade.

Entretanto e embora fluida, essa rede de conexões modela personagens construídas à semelhança de atores agitados nas redes sociais e contaminados pela definição territorial, característica do espaço urbano funcional. Na rede digital, reaparece a crise de identidade e as personagens das redes conectadas se aproximam daquelas que povoavam o espaço social; entretanto, entre elas se observa uma clara diferença. Agora são personagens possíveis, embora virtuais. Na mobilidade fluida de um dígito manipulado em um equipamento móvel, é possível construir outro espaço que as reterritorializa sem espaço físico, embora suficiente para permitir identificá-las conforme aquilo que procuram ser ou podem ser, ou lhes permite um modo de sobrevivência ou de pertencimento

que lhes garante ser, conforme o modo como atuam. Realmente, confrontando o novo território móvel e fluido, em relação ao território fixo do espaço funcional, observa-se uma clara diferença que não deve ser confundida com desterritorialização, ao contrário, o móvel das redes conectadas reterritorializam como fluxo aquilo que a tradição nos ensinou a entender como fixo e estável (Haesbaert, 2004).

Na sua rapidez instantânea, essas redes promovem mobilização, movimentos, deslocamentos e organizações que orientam a construção de uma nova modalidade de território e promove a cumplicidade de pessoas sem nada em comum, salvo a possível solução de um problema emergente que, por um momento, lhes permite identificar-se e pertencer a um grupo organizado nos inúmeros *sites* de relacionamento ou em organizações de atividades afins. O antigo anonimato da cidade parece estar definitivamente banido. São, de um lado, os internautas naufragando na rede e, como nômades ou tribos estão, à procura, no espaço planetário, de um lugar possível, embora virtual. De outro lado, são os inúmeros avatares, com um RG virtual, a utilizar as passagens do ciberespaço, para procurar outra identidade que os torne mais sociáveis: atrás de um pseudônimo ou de uma imagem se misturam ficção e realidade. Essas redes conectadas permitem reconsiderar o verdadeiro impacto social e cultural dos suportes que, embora cada vez mais móveis tecnologicamente, atuam como agentes de uma estabilidade feita de socialidades inesperadas, que agem como promessas de um sistema mundo onde a cidade planetária possa redefinir-se ao comparar-se.

Nessa promessa, substitui-se a cidade concentrada na sua autossuficiência planejada, pelo confronto entre as cidades do mundo. Entretanto e paradoxalmente, essa comparação não apresenta variáveis comparáveis visto que, no confronto digital, o heterogêneo das cidades é evidente, apesar da suposta homogeneidade das imagens padronizadas que, vindas da metrópole construída pelo capital industrial, permanecem e se desenvolvem.

A REDE MÓVEL COMO PROMESSA DE CONQUISTA SOCIAL

A cidade constitui meio comunicativo onde se estabelece intensa troca mediativa que a transforma em exemplar laboratório social. Entretanto, ao ser mediada tecnologicamente, aquele meio comunicativo se transforma em mediatização caracterizada "por uma espécie de prótese tecnológica da realidade sensível denominada 'médium' " (Sodré, 2002: 21). Nesse espaço de autoassunção definitiva, subverte-se o tempo cronológico e ele, o espaço, passa a ditar não mais horas ou minutos adequados à vida, ao trabalho ou às relações, mas as conexões que ocorrem sem local determinado, mas sempre reconhecendo o lugar que as possibilita.

Surge a cibercidade (Lemos, 2007) essencialmente ambiental e ecologicamente *biosmidiática* (Sodré, 2002) a propor tarefas de superação do impasse funcional/social criado pela industrialização e desenvolvido pela globalização econômico-financeira do mundo. Esse desafio se coloca como novo ideal e tem se revestido de uma dimensão biopolítica, que faz eco àquele ambiente biosmidiático. Nesse sentido, Hardt/Negri apresentam talvez uma receita instigante:

> Nosso ponto de partida é o reconhecimento de que a produção de subjetividade e a produção do comum podem formar, juntas, uma relação simbiótica em forma de espiral. Em outras palavras, a subjetividade é produzida através da cooperação e da comunicação, e por sua vez esta subjetividade produzida vem a produzir novas formas de cooperação e comunicação, que por sua vez, produzem nova subjetividade, e assim por diante (Hardt/ Negri, 2005: 247-248).

Dessa citação sobressaem dois elementos essenciais a comprovar o caráter de promessa social que as novas redes conectadas representariam: a proposta de uma receita e a circularidade reiterativa de algo já prescrito pela própria natureza biopolítica que inspira o caráter social da rede. Nesse sentido, se revitalizaria a antiga funcionalidade do espaço urbano e seria confirmado o caráter contraditório que parece querer disciplinar o uso das redes? Enquanto promessa de transformação social, a reflexão pode estar destinada a um conjunto de indagações que apontam para a rede conectada como um instrumento possibilitado tecnologicamente, mas sujeito ao inesperado de uma ação que pode ser ideologicamente prometida, mas concretamente imprevisível.

A promessa de uma cidade conectada tecnologicamente e produtora de outra rede social tem movimentado conjecturas, análises e ensaios. Enquanto promessa para o futuro, aquele movimento de ideias planeja a tecedura de uma rede social corretora da rede segregante que caracterizou a cidade modernista e a escritura de uma metanarrativa que substitua os ideais progressistas e ordenadores da cidade moderna.

No eixo desse movimento, Richard Sennet não hesita em procurar inspiração nas ideias de Jane Jacobs que, no início da década de 60 do século XX e com visionária capacidade de produzir um prognóstico das grandes cidades, apontava como variáveis de análise as possibilidades de entendê-las como manifestação evolutiva e crescente de complexidade, diversidade e dissonância que dissolveriam o plano de equilíbrio e integração da cidade moderna. Aquela evolução parece decisiva para a construção de uma cidade porosa à experiência, à apropriação e, sobretudo, à capacidade de permear o dentro e o fora, o público e o privado para criar um corpo vital e político

(Hardt/Negri) sempre em movimento e sempre incompleto, mas vital para a criação de uma *open city* que se colocaria como perspectiva sem metas para uma urbanização do mundo dentro de uma *endless city* que, por sua vez, admita conflito e dissonância operando em um sistema aberto "incorporando porosidade do território, indeterminação narrativa e forma incompleta – torna-se democrática, não em um sentido legal, mas como uma experiência física" (Sennett, 2007: 296).

Ao contrário das redes sociais da cidade modernista, a Sociedade em Rede oferece imprevistas e sempre superáveis possibilidades em que nada deve durar, porque nada se finaliza, mas está sempre disponível a correções/revisões de rota. Absolutamente distinta das experiências anteriores promovidas pelo espaço funcional ou pela cidade social, a cibercidade espanta pelas suas possibilidades de mobilidade tecnológica, mas constitui desafio a ser experimentado para tentar construir uma nova realidade que supere a simples produção da relação social anterior, a fim de permitir a construção de uma nova socialidade. Opõem-se produção e construção, duradoura relação social e socialidades imprevistas, a cidade apropriada e a cibercidade onde nada há para ser apropriado, visto que essa cidade não se localiza, mas se virtualiza nas simples possibilidades dos seus lugares imprevistos e planetários. Nas suas consequências humanas, a cibercidade é a promessa de algo que deve ser outro a fim de poder surtir resultados que nos levem a passar *do pensamento único à consciência universal* (Santos, 2000) e à possibilidade de construção de uma metanarrativa que revele as contradições daquele relato inspirado e produzido pelo capitalismo industrial e social. Cibercidade, *opencity*, e*ndlesscity* são os nomes da nova Cidade Prometida, entretanto esses nomes não designam ou apontam, mas são simplesmente metafóricos das promessas que evidenciam. Para perceber a extensão daquelas metáforas é necessário pesquisar o conteúdo e o modo daquelas promessas. M

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUARTE, Fábio e FREY, Klaus. Redes Urbanas. In: DUARTE, Fábio, SQUANDT, Carlos, SOUZA, Queila (orgs.). *O Tempo das Redes.* São Paulo: Perspectiva, 2008.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização* – Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2004.

HARDT-NEGRI, Michael e Antonio. *Multidão. Guerra e democracia na era do império.* Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

KOOLHAAS, Rem. *Conversa com Estudiantes.* Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas.* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

LEMOS, André. Cidade e Mobilidade Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. In: *MATRIZes.* Rev. do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 1, vol. 1, 2007, pp.121-137.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização.* Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

SENNETT, Richard. The Open City. In: *The Endless City*. London: Phaidon/The London School of Economics/ The Urban Project, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

SOLA-MORALES, Ignasi de. *Territorios.* Barcelona: Gustavo Gili, 2002

Artigo recebido em 15 de maio e aprovado em 15 de julho de 2010.